

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS
ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 3ª REUNIÃO**

Data: 6 de julho de 2006

Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

Início: 9h20

Intervalo de almoço: 12h50 às 14h25

Término: 17h40

REPRESENTANTES:

- Ministério dos Transportes: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SQA: Ademilson Zamboni (ademilson.zamboni@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (vanessa@dnpm.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério da Ciência e Tecnologia: Maria Cordélia Soares Machado (mmachado@mct.gov.br)
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Jean Franco Schmitt (jfschmitt@seap.gov.br)
- Usuário/Indústria: Marco Antonio Ramos Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Rosa Maria Mancini (cbhln@pratica.com.br)
- Organizações Não-Governamentais: Andréa Paula de Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: não compareceu

CONVIDADOS:

- Alessandra Daibert Couri (ANA) – aledaibert@ana.gov.br
- Ana Paula Leite Prates (SBF/MMA) - ana-paula.prates@mma.gov.br
- Bértes Carmo Cabral (SRH/MMA) – berites.cabral@mma.gov.br
- Fernando Ramos Mendes (SPG/MME) – fernando.mendes@mme.gov.br
- João Luiz Nicolodi (SQA/MMA) - joao.nicolodi@mma.gov.br
- Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesb.sp.gov.br)
- Luciano Meneses Cardoso da Silva (ANA) - lmeneses@ana.gov.br
- Luiz Molle (Petrobras/MME) – luizmolle@petrobras.com.br
- Marcos L. de Almeida (Comando da Marinha/Min. da Defesa) – marcos.almeida@ema.mar.mil.br
- Maria Carolina Hazin (SBF/MMA) – maria-carolina.hazin@mma.gov.br
- Maria Manuela M. Alves Moreira (SRH/MMA) – maria.manuela@mma.gov.br
- Oneida Freire (Ministério do Turismo) – oneidafreire@brturbo.com.br
- Patrícia Rejane Gomes Pereira (SRH/MMA) – patricia.pereira@mma.gov.br
- Paula Moraes Pereira (CNPQ) – pmoraes@cnpq.br
- Rogério da Silva Lages (rlages@iem.es.gov.br)
- Simone Anhaia Melo (ANP) – samelo@anp.gov.br

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

No dia 6 de julho de 2006, com início às 9h20, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 3ª reunião em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência da Sra. Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH. [Item 1 – Abertura / Aprovação da minuta de ata da 2ª reunião.](#) A ata foi aprovada. [Item 2 – Informes.](#) A Sra. Andréa Carestiatto falou sobre a participação da sociedade civil em todos os eventos promovidos pela Secretaria de Recursos Hídricos/MMA para a apresentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, inclusive durante o 4º Fórum Mundial da Água, realizado de 16 a 22 de março, na Cidade do México. Analisou a receptividade do Plano como positiva e motivadora. O fato de a sociedade civil organizada fazer parte da delegação brasileira chamou a atenção de todos, pois no resto do mundo essa representação não é reconhecida, o

59 que causou desconforto. Por outro lado, representou algo inovador para o Fórum Mundial. A Sra. Andréa
60 lamentou que “Saneamento Básico”, tema do fórum paralelo ao 4º Fórum, tenha sido apresentado desvinculado a
61 políticas nacionais de recursos hídricos/água. Nesse momento, a apresentação do PNRH foi muito importante,
62 pois mostrou a conexão. Informou, também, que durante a “8ª Conferência das Partes da Convenção sobre
63 Diversidade Biológica - COP 8”, de 20 a 31 de março, em Curitiba/PR, houve a tentativa de se apontar caminhos
64 mais claros para a integração da gestão de recursos hídricos e as políticas de proteção da biodiversidade, quando
65 os trabalhos e objetivos da CTCOST foram abordados. A Sra. Ana Paula Prates complementou, dizendo que
66 durante a COP 8 temas de interesse da câmara foram abordados nas decisões do plenário, entre eles:
67 gerenciamento costeiro e marinho integrado; recursos genéticos e recursos do mar; áreas marinhas protegidas além
68 das resoluções nacionais; e programa de águas interiores. Por fim, A Sra. Andréa noticiou a oficina de capacitação
69 de capacitadores, ocorrida na semana anterior, promovida pela Rede Brasileira de Capacitação em Gestão
70 Integrada de Recursos Hídricos, pela SRH/MMA, ANA e Universidade de Brasília. A região Norte foi o foco.
71 Cinco projetos foram propostos, os quais já estão envolvendo, pelo bioma Mata Atlântica, o interesse de se
72 promover um evento que reuna perspectivas do próprio bioma na zona costeira. Sobre o 4º Fórum Mundial, o Sr.
73 João Nicolodi destacou a participação do Ministério do Meio Ambiente em quatro reuniões específicas sobre a
74 integração de zona costeira e recursos hídricos: “Inter-relações entre a gestão de rios e costas”; “Fortalecimento de
75 esquemas transversais para o manejo integrado de rios e costas”; “Desenvolvimento de Zonas Costeiras e Proteção
76 de Terras Baixas”; e a preparatória para a revisão do Programa Global de Ação para Controle de Fontes de
77 Poluição Baseadas em Terra para a Zona Costeira – PGA, que acontecerá em outubro, na China. Os tópicos dessa
78 revisão são: orientar a situação do *Global Environment Facilities – GEF* no apoio ao DPA e criar um plano de
79 trabalho 2007 a 2011, onde o carro-chefe é a integração de bacias e zona costeira. O Sr. Ademilson Zamboni
80 repassará, por meio eletrônico, a indicação de como obter toda a documentação de referência do PGA. Ao final
81 dos informes, a Sra. Rosa Mancini disse que deixaria à disposição, com a relatora da CTCOST, o material do
82 curso Gerenciamento Integrado de Zona Costeira (UNESCO). [Item 3 – Apresentação “Base Territorial na Zona](#)
83 [Costeira”, por Joaquim Gondim / ANA.](#) O Sr. Joaquim, superintendente de Usos Múltiplos da agência, apresentou
84 o que definiu como o resultado da consolidação de base de mapas de informações colhidas em zona costeira e em
85 planejamento dos estados: mapa com a base da rede hidrográfica nacional, acrescentado de todos os 395
86 municípios que integram a zona costeira (anexo a esta ata). O trabalho realizado pela ANA partiu da questão:
87 como mapear a zona costeira dentro das unidades de planejamento (regiões hidrográficas)? Explicou que como a
88 escala para uma região hidrográfica se mostrou muito ampla para a escala de zona costeira, foram utilizados
89 outros parâmetros para também referenciá-las, como as unidades de planejamento estaduais. Exemplo: o estado de
90 São Paulo se divide em unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos, onde três delas estão na
91 zona costeira (Litoral Norte, Baixada Santista e Ribeirão Iguape – Litoral Sul). Com isso foram recortados os
92 municípios da zona costeira que pertencem a essas unidades de planejamento. Dessa forma é possível mapear
93 qualquer estado e delinear formas de trabalho para uma área específica. Após a apresentação (anexa a esta ata),
94 foram levantados vários pontos, entre eles: como é possível, institucionalmente, integrar os procedimentos de
95 quem faz gestão por bacia e de quem faz gestão por limite municipal?; Qual a melhor escala, mais viável para se
96 fazer uma gestão?; Não seria interessante também definir um recorte por usos da água?; Existe uma distância de
97 ações entre os municípios, muitos não fazem gestão de recursos hídricos; e falta de conhecimento de ações já
98 realizadas, como, por exemplo, o trabalho que está sendo feito, em diferentes escalas, pelo Zoneamento Ecológico
99 Econômico – ZEE, que se baseia em biomas. A Sra. Rosa Mancini lembrou que todas as questões levantadas são
100 um desafio para a CTCOST. Após o debate, a câmara deliberou por iniciar com o estudo de caso de um estado, no

101 caso o Espírito Santo (bacia do rio Doce) por ser um estado que já mostra discussões sobre integração e por sediar,
102 de 7 a 10 de agosto, o 8º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. [Item 4 – Apresentação](#)
103 [“Outorgas em Sistemas Estuarinos e em Zonas Costeiras”](#), por Luciano Meneses / ANA. O Sr. Luciano, gerente
104 de Outorga da agência, iniciou a explanação falando sobre a experiência de se dar outorga em áreas que estão
105 sujeitas a diferentes legislações, além da Lei nº 9.433/97, as quais definem poderes e atribuições a diversas
106 entidades e esferas de poder. Durante a apresentação, ele abordou conceitos fundamentais (bacia hidrográfica,
107 estuários e zona costeira), algumas premissas, entidades envolvidas e, como sugestão, mostrou que é possível
108 estabelecer condições de entrega de água (qualidade e quantidade) no limite da faixa terrestre da zona costeira.
109 Segundo o Sr. Luciano, não existe preocupação de cunho ambiental nos critérios de outorga, apenas o objetivo de
110 garantir certas quantidades de água para usos antrópicos. Na Lei nº 9.433/97 não se percebe essa preocupação
111 ambiental, a não ser quando se tem uma grave degradação (vide art. 15 que prevê a suspensão de uma outorga
112 para prevenir ou reverter grave degradação ambiental). Um dos objetivos da outorga é fazer um controle quali-
113 quantitativo dos usos da água, não da água em si. No meio técnico, há discussões sobre encarar o “meio ambiente”
114 como um “usuário” da água. O Sr. Luciano considera que isso reduziria a sua importância, afinal o meio ambiente
115 não é um usuário de água e sim seu dono. Todos os cálculos para essa entrega de água na zona costeira devem ser
116 discutidos não só nessa área, mas em toda a bacia hidrográfica, dentro do plano de recursos hídricos. Por fim,
117 paralelo a essa ação, indicou quatro estratégias, de curto, médio e longo prazos, que poderiam correr em paralelo à
118 discussão de definição de quantidades de entrega de água. Se hoje não é possível, via critérios de outorga,
119 estabelecer os mínimos de quantidade e qualidade de água para toda a bacia, que isso seja uma tentativa, a partir
120 de agora, por meio das condições de entrega. A CTCOST tem a oportunidade de dar esse encaminhamento, o que
121 poderia refletir, talvez no futuro, de forma positiva, em modificações nos critérios atuais de outorga. O Sr.
122 Luciano esclareceu que todos os pedidos de outorga para uso de água do mar que chegam à ANA são
123 encaminhados à Secretaria de Patrimônio da União – SPU do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
124 para que este se manifeste quanto ao uso do espaço físico, dado que não existe o instrumento de outorga de direito
125 de uso de recursos hídricos marinhos. Ou seja, água do mar não é recurso hídrico aos olhos da Lei nº 9.433/97.
126 Após debate, houve reflexão para a busca da aplicabilidade dos objetivos da CTCOST. A câmara daria o
127 encaminhamento a este item da pauta após o relato do grupo de trabalho “Planos de Recursos Hídricos”. Foi dado
128 intervalo para almoço de 12h50 as 14h25. Houve inversão da pauta. [Item 6 – Relato do Grupo de Trabalho](#)
129 [“Planos de Recursos Hídricos”](#). O Sr. Luciano disse que o grupo se reuniu 1 vez e recebeu contribuições prévias
130 de duas pessoas. Apresentou as mudanças sugeridas pelo grupo à Resolução CNRH nº 17. Após a leitura de todo
131 texto e a percepção de dúvidas sobre a pertinência das alterações apontadas e sobre o melhor formato do
132 documento (Resolução, Moção ou apenas modificação do documento já existente), a CTCOST decidiu retornar os
133 trabalhos ao GT. Todos os membros da câmara enviariam ao grupo sentenças objetivas como resposta a seguinte
134 questão: “Do seu ponto de vista, qual é o objetivo da revisão da Resolução CNRH nº 17 e do documento básico
135 Termos de Referência para a Elaboração de Planos de Recursos Hídricos?”. O Sr. Roberto Monteiro passou a
136 integrar o GT. A próxima reunião do grupo foi prevista para 13 de julho próximo. [Item 5 – Relato do processo de](#)
137 [levantamento de dados dos estados - “Quadro Comparativo dos Sistemas de Recursos Hídricos e de](#)
138 [Gerenciamento Costeiro”](#). Houve a apresentação de todas as informações levantadas nos estados. A Sra. Rosa
139 Mancini pediu os dados em meio magnético para sistematizar em um único arquivo. [Item 4 – Assuntos Gerais /](#)
140 [Encerramento](#). Foi programada uma pauta prévia da próxima reunião da câmara: relato do Grupo de Trabalho
141 “Planos de Recursos Hídricos”; andamento dos trabalhos “Quadro Comparativo dos Sistemas de Recursos
142 Hídricos e de Gerenciamento Costeiro”; estudo de caso - definição de base territorial para a integração da gestão

143 costeira e de recursos hídricos: o caso da Bacia do Rio Doce; e encontro da CTCOST com representantes de
144 Comitês de Bacias, Colegiados Costeiros, e Secretários de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do
145 Espírito Santo. A reunião deverá ocorrer nos dias 7 e 8 de agosto, paralela ao 8º Encontro Nacional de Comitês de
146 Bacias Hidrográficas. Nesse momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, a Sra. Rosa Mancini, às 17h40,
147 agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 3ª reunião da CTCOST.

148

149 Ata aprovada na 4ª reunião da CTCOST, em 7 de agosto de 2006.

150

151

152

153

Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini

154

Presidente da CTCOST

155

156

157

158

Rachel Landgraf de Siqueira

159

Relatora da CTCOST